



# Plenário

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

BOLETIM INFORMATIVO Nº 25



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Seguridade Social e Família

2 DE OUTUBRO DE 2019

## COMISSÃO RECEBE UNICEF E CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE



A Comissão de Seguridade Social e Família recebeu na última quarta-feira (25) duas importantes visitas: Luliana Chopitea, que é chefe de Políticas Sociais do UNICEF Brasil e Fernando Pigatto, presidente do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

### UNICEF

Chopitea apresentou o estudo intitulado Bem-Estar e Privações na Infância e Adolescência no Brasil, baseada na Pnad 2015. Ela explicou que uma criança com bem-estar não é apenas aquela que não sofre privações monetárias, mas a que além disso tem

acesso à educação, à fonte de água segura, acesso à informação, moradia adequada com saneamento básico e é protegida do trabalho infantil.

“No Brasil, em 2015, 26 milhões de crianças e adolescentes sofriam com privações múltiplas: monetária



e de acesso ao saneamento básico e à educação. No Norte e no Nordeste estão os principais desafios. É importante dizer que, nos últimos 10 anos as diferenças monetárias têm diminuído graças aos programas de transferência de renda. Mas, os acessos aos serviços não. É preciso atacar as políticas públicas com mais afinco.”

### CNS

O presidente do Conselho, Fernando Pigatto, fez a entrega das resoluções aprovadas na 16ª Conferência Nacional de Saúde e uma recomendação sobre o Plano Plurianual e sobre o Plano Nacional de Saúde. “Definimos 31 diretrizes, 329 propostas e 56 moções”, disse. Ele lembrou que o tema da última conferência foi Democracia e Saúde, dividida em três eixos centrais: Saúde como Direito, Consolidação dos Princípios do SUS e Financiamento Adequado para o SUS. “Queremos agradecer porque sempre somos chamados aos debates aqui na Câmara. Em outubro vamos discutir orçamento da saúde e serão todos convidados.”

## SUB ESPECIAL DE DOENÇAS RARAS SOLICITA INFORMAÇÕES AO MS

A Subcomissão Especial de Doenças Raras se reuniu na última quarta-feira (25) para deliberar dois requerimentos. Estiveram presentes os deputados Diego Garcia (Pode-PR), Dr. Frederico (Patriota-MG), Dr. Zacharias Kallil (DEM-GO) e deputado Sergio Vidigal (PDT-ES).

Na pauta, o Requerimento 2/2019, de autoria do deputado Diego Garcia, que pede informações ao Ministério da Saúde sobre a assistência a pessoas atendidas pela Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras do Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo do pedido é conhecer a quantidade de pessoas com doenças raras em cada unidade da federação,

quais as doenças que acometem esses cidadãos e qual o custo médio mensal de tratamento de cada doença.

O segundo requerimento (Req 3/2019), também do deputado Diego Garcia, solicita informações sobre doenças respiratórias “Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica” e “Bronquiectasia”, segundo o Sistema Único de Saúde. “Devido à gravidade destas doenças, que comprometem a respiração, atrapalhando o cotidiano de quem é portador, além de poder ter consequências graves para quem não as trata, gostaríamos de solicitar informações estatísticas, presentes nos diversos sistemas de informação do Ministério da Saúde, a fim de co-



nhecer precisamente o problema e formular soluções, dentro das atribuições constitucionais desta Casa”, justificou o parlamentar.

Os dois requerimentos foram aprovados e irão servir para embasar o relatório final da Subcomissão Especial de Doenças Raras que tem previsão de ser entregue e analisado na CSSF no final de outubro.

## AQUISIÇÃO E ABASTECIMENTO DE VACINAS

O deputado Pedro Westphalen (PP-RS) presidiu audiência pública do Grupo de Trabalho sobre Imunização, com o tema aquisições e abastecimento de vacinas. “Esse grupo tem uma interface muito grande com o ministro da Saúde que pediu nosso auxílio num momento difícil com algumas doenças voltando à tona, como o sarampo”, disse o parlamentar.

Doutor Roberto Dias, diretor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, falou sobre a estrutura montada para abastecer as diferentes regiões brasileiras. “Fazemos a aquisição dos insumos estratégicos da saúde, o armazenamento e a distribuição. Estados também adquirem medicamentos, mas nós centralizamos uma parte. Temos uma central com 19 armazéns em Guarulhos. No primeiro trimestre de 2019 expedimos 15.700 pedidos, totalizando mais de 15 mil volumes para todo Brasil”, informou.

Leonardo Vilela, representante do



Foto: Cláudio Araújo

CONASS, disse que a falha no abastecimento de vacinas prejudica os cidadãos e as secretarias municipais. “O Plano Nacional de Imunização (PNI) é referência internacional. Porém, temos visto uma redução da cobertura vacinal. Estamos sem a vacina Pentavalente. Para nós que somos gestores, isso é muito preocupante. Mesmo assim, reconhecemos que a estrutura do Ministério melhorou muito.”

Já o diretor de assuntos econômicos da INTERFARMA, Pedro Bernardo, explicou que o instituto trabalha em parceria com laboratórios públicos e

privados. “Para cada dólar investido em vacinas, dezesseis são economizados quando doenças preveníveis deixam de ocorrer. Estamos tendo uma queda na cobertura vacinal de em média 14% nos últimos anos.”

Marco Safadi, doutor e professor em pediatria e infectologia na Santa Casa de São Paulo, falou do impacto dos programas de imunização no controle das doenças. “Os jovens são importantes transmissores. Então, uma vacina formulada para esse público auxilia na prevenção de doenças de toda uma comunidade. São as estratégias mais importantes e as mais falhas atualmente.”

“Fazemos o registro sanitário dos produtos, estamos presentes no momento da importação onde é verificada a manutenção da cadeia de frios e monitoramos os produtos. Nossa atividade tem grande impacto no PNI”, explicou Maria Reis, gerente de produtos biológicos da ANVISA.

## ATENDIMENTO DE VÍTIMAS EM CASO DE ABORTO LEGAL

As deputadas Talíria Petrone (PsoL) e Fernanda Melchionna (PsoL) foram as autoras dos requerimentos que possibilitaram a discussão com especialistas sobre fluxos de atendimento em saúde em casos de interrupção da gravidez. “Essa discussão é fundamental, pois sabemos as dificuldades enfrentadas por mulheres, um ciclo de violência que precisa parar”, disse Talíria, que presidiu o debate.

Julia Rocha, da organização Artigo 19, disse que há vários tratados que colocam as informações ao abortamento legal parte do processo a que todas as mulheres têm direito. “Nossa hipótese é que o estado viola os direitos humanos quando não fornece informações atualizadas, úteis e corretas sobre os procedimentos.”

“A negação dos direitos acarreta um agravamento das dores dessas mulheres. Ainda mais quando falamos daquelas que foram estupradas ou que vivem gravidez de anencefálicos”, disse Luciana Boiteux, da UFRJ. Ela falou sobre as hipóteses de aborto permitidos em lei e sobre os muitos

casos dos estupros de menores (entre 10 e 14 anos) que são privadas das informações.

Paula Santana, do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e da Defensoria Pública de São Paulo, informou que segundo o 13º Anuário de Segurança Pública foram 66 mil casos de violência sexual em 2018. “Os dados mostram que: 82% das vítimas são mulheres, 54% dessas vítimas têm até 13 anos e 76% conhecem os autores. O acesso dessas mulheres ao abortamento legal é burocrático, as equipes dos hospitais e de segurança são resistentes, as informações são escassas e por isso o sistema de saúde atende um número de vítimas muito aquém da realidade.”

Daniela Pedroso, psicóloga do Núcleo de Violência Sexual e Aborto do hospital Pérola Byington, em São Paulo, contou quem são as mulheres atendidas para procedimentos de aborto legal. “Fizemos uma avaliação: elas têm em média 22 anos, são na maioria brancas, trabalham, são abusadas em situações cotidianas, sofrem agressão



Foto: Cláudio Araújo

física, foram violentadas as vezes sob uso de álcool ou droga e se calam com medo e com culpa. Não estão acompanhadas quando atendidas. No processo terapêutico tratamos a violência sexual. Nossa experiência mostra que o aborto pode ser um alívio para a vítima e quase todas demonstram vontade de ser mães num futuro próximo.”

Sandra Bazzo, do Comitê Latino Americano e do Caribe para Defesa da Mulher, defendeu que os fluxos de atendimento são negligentes e falou de três casos de violência contra meninas no Brasil. “Esses casos têm em comum: a falta de acesso a políticas públicas de saúde, educação e segurança.”

### EXPEDIENTE

**Presidente**  
Dep. Antônio Brito

**2º Vice-Presidente**  
Dep. Marx Beltrão

**Secretário:**  
Rubens Carneiro Filho

**Edição:**  
Maria Carolina

**1º Vice-Presidente**  
Dep. Alexandre Serfotius

**3º Vice-Presidente**  
Dep. Misael Varela

**Redação:**  
Manu Nunes

**Diagramação:**  
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf\_seguridade

[cssf@camara.leg.br](mailto:cssf@camara.leg.br)

[www.camara.leg.br](http://www.camara.leg.br)